



e

ə

A ÉTICA DA
PSICANÁLISE E
AS OUTRAS

23-26 JUL 2026

XIIIº ENCONTRO DA IF-EPFCL
IXº ENCONTRO INTERNACIONAL DA ESCOLA
SÃO PAULO - BRASIL

Arte original: Glaucia Nagem –“ Palatório 2” / Concepção e arte do cartaz: Maurício Simões / Web Designer: Ilana Chaia Finger

Prelúdio 3

Nossa ética, “práxis da teoria”... e as outras

O título incita à comparação da ética própria à psicanálise e as outras e, além dos discursos em que se situam, pode-se apontar a comparação pela vertente da ética das outras práticas de âmbito “psi”.

Uma definição simples da ética do discurso analítico: “A ética da psicanálise é a práxis da sua teoria”¹ dita por Lacan em um momento essencial: construir na prática uma estrutura fundada nos princípios teóricos do Discurso Psicanalítico.

Proposição aparentemente simples, porém profunda e que situa assim práxis, teoria e ética analíticas no que se refere à formação de seus profissionais, seus modos associativos etc... nas antípodas do discurso dominante. É um fazer que desafina a sintonia dos discursos atuais.

Desafinar é um traço da psicanálise lacaniana. Uma discordância não caprichosa, mas sim justificada em uma ética.

Uma ética, definida na “práxis da teoria”, pode ser considerada como o eixo da dobradiça das duas superfícies que ela articula: teoria e práxis que, por si só, já são discordantes da melodia geral.

Um pequeno exemplo daquilo que sustenta a prática: um instrumento e “princípio ativo”, reconhecido ou não, de toda prática com o humano (não somente do psíquico), é a sugestão. Quase sempre disfarçada de cientificismo em muitas práticas terapêuticas, e também em outras que “garantem” o sucesso dos ideais atuais.

No mercado de *gadgets*, a sugestão cumpre bem sua tarefa.

A ampla trama de estruturas discursivas humanas e tecnológicas, e a publicidade, agora com as redes sociais, se encarregam de agalmatizar bens e atividades, mais ou menos úteis, que visam satisfazer a

¹ Lacan, J. (1964-1971). Ato de Fundação, in: *Outros Escritos* (pp. 235-247). RJ: Zahar, p. 238.

necessidade ou a vontade, uma invejável plenitude. Esse é o ideal, o objetivo, um suposto estado de bem-estar, ele mesmo, e dos próprios, às vezes a qualquer preço.

É o compromisso da maioria dos tratamentos psicológicos e, sem dúvida, comporta também sua ética própria. Por isso não é demais perguntar: se alcança esse fim? E, mais ainda, a que preço ou passando por cima de quem?

Um conhecido presidente, supostamente todo-poderoso, com aspirações ao Nobel e dono de meio mundo, declarou há pouco em suas redes: “Uma vez que já se tem tudo, nunca é demais um *resort*”, referindo-se a uma zona tristemente conhecida da geografia mediterrânea, ao preço do extermínio de seus habitantes.

É um discurso que se propaga e contamina o âmbito individual e coletivo, em todos os seus aspectos.

Não obstante, tem seu paradoxo. Embora gerem a ilusão de saciar o que falta e se propõe a satisfazer a necessidade, respondendo à demanda, empurrando/exigindo um bem-estar biopsicossocial (objetivos explicitamente descritos em algumas terapias), é uma ilusão que nós sabemos que, a partir da experiência analítica, asseguram a insatisfação e um extravio do ser, em sua própria existência.

Nas antípodas, um discurso que aponta ao confronto e a assumir as próprias limitações, a revelar a falta estrutural, à “des-ilusão” da crença que sustentou a existência de quem começou com uma demanda de alívio, orientar para a aceitação da singularidade ao preço da solidão radical, a saber do que ninguém quer saber, etc... é totalmente discordante com a sinfonia dos ideais atuais e do mercado.

Paradoxalmente, isso leva ao encontro com uma satisfação, compondo uma partitura que não aponta para um alívio do mal-estar, mas justamente a não fugir daquilo que ninguém, nem mesmo a humanidade, quer saber.

É um efeito que surge em uma prática “sem valor” (Prelúdio II Sara Rodowicz), sustentados por uma teoria, em uma ética reduzida ao silêncio (Prelúdio I Sandra Berta), valores muito pouco comerciais.

E, para fazer dobradiça com a práxis.

A psicanálise com Freud também deve algo à sugestão, mas ele logo a deixou de lado, para chegar com Lacan a uma consideração de inutilidade da mesma, quase uma garantia diante dela. A garantia diante da sugestão, emanada de uma análise levada até seu fim², ponto em que ela se torna inútil.

Final de uma partida que se inicia no momento em que, graças ao analisante, se instaura a transferência³.

Começa a partida e o analista, a quem o analisante supõe o saber, deve saber ignorar o que sabe⁴, e operar sem cálculo prévio. Um operador silente, a espera, sem juízo, sem expectativas, sem objetivos terapêuticos, que somente ou sobretudo escuta, que não está presente como ser, mas como lugar vazio a ser preenchido por aquilo que causa o desejo do analisante, seja o que for, está no polo oposto de qualquer objetivo ou produto de consumo no mercado atual.

Sem dúvida funciona, e funciona por um saber fazer com esse saber outorgado, e pela práxis de uma teoria. Saber outorgado por quem demandava alívio. Um saber suposto sobre um mal-estar, seu ser e seu destino. O que significa depositar um imenso poder e uma demanda tampouco menor, nas mãos da pessoa que detém a função de analista.

Desconhecimento, incerteza, espera, paciência, solidão de juízo, mas ao mesmo tempo um considerável poder ao receber a demanda de quem se analisa.

Sustentar-se nesta prática desta teoria sem cair no uso e abuso do poder outorgado, na tentação narcisista ou na caridade e altruísmo, é o que requer uma ética, ética muito particular, que orienta o desejo de analista, que sustenta o ato analítico pelo qual, talvez, um analisante passará ao lugar do analista por ele destituído, assumindo ser dejecto.

Seria isso possível sem uma ética que orientasse o desejo, que sustenta o ato, uma ética que articula práxis e teoria?

Mikel Plazaola

² Lacan, J. (1973). Televisão, in: *Outros Escritos* (pp. 508-543). RJ: Zahar, p: 509.

³ Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, in: *Outros Escritos* (pp. 248-264). RJ: Zahar, p. 257.

⁴ Lacan, J. (1966). Variantes do tratamento-padrão, in: *Escritos* (pp: 325-364) Vol. 1, pp. 311-348). RJ: Zahar, pp. 339-340.